



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 16

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 1964

## SENADO FEDERAL

**ATA DA 6ª SESSÃO, EM 22 DE JANEIRO DE 1964 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA.**

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E RUI PALMEIRA.**

As 14 horas e 30 minutos, achavam-se presentes os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima,  
Edmundo Levy,  
Joaquim Parente,  
Sigefredo Pacheco,  
Menezes Pimentel,  
Dinarte Mariz,  
Rui Palmeira,  
Heribaldo Vieira,  
Leite Neto,  
Aloysio de Carvalho,  
Josaphat Marinho,  
Aarão Steinbruch,  
Vasconcelos Torres,  
Aurélio Viana,  
Milton Sampaio,  
Moura Andrade,  
Pedro Ludovico,  
Bezerra Neto,  
Adolpho Franco,  
Irineu Bornhausen.

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vão ser lidas as atas das sessões e reunião anteriores.

São lidas e aprovadas, sem debates, as atas da 4ª sessão e 20ª reunião, levadas em 17 e 20 de janeiro, respectivamente.

**O SR. PRESIDENTE:**

O Sr. 2º Secretário procederá à leitura da ata correspondente à sessão de 21 do corrente.

Procede-se à leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em discussão a ata. (Pausa).

**O SR. AURÉLIO VIANA:**

Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

**O SR. AURÉLIO VIANA:**

(Sobre a Ata). (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, solicito de V. Exa. a retificação da Ata no que tange à citação do artigo do Regi-

mento em que me baseei na questão de ordem que ontem suscitei. Referimo ao Art. 158 do Regimento Interno, que diz:

“A sessão ordinária terá início às quatorze horas e trinta minutos, pelo relógio do Plenário, presentes no recinto, pelo menos dezoito Srs. Senadores e durará no máximo quatro horas, salvo prorrogação.

§ 1º. Verificada aquela hora inexistência de número, o Presidente, ocupando o seu lugar, declarará que não pode haver sessão, designando a Ordem do Dia para a sessão seguinte”.

É esse o artigo e seu parágrafo.

**O SR. PRESIDENTE:**

A questão de ordem suscitada pelo Sr. Senador Aurélio Viana não procede. S. Exa. está propondo a retificação da ata.

**O SR. AURÉLIO VIANA:**

Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Exa. pôs em discussão a ata. Pedi a palavra para pedir uma retificação. O art. a que referi é o de nº 158.

**O SR. PRESIDENTE — V. Exa.** se reportou ao art. 158, porém a Mesa divide nos termos do art. 17. A ata será retificada conforme o pedido de V. Exa.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do expediente.

**O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:**

### EXPEDIENTE

**Ofício** — do Sr. Senador Rui Palmeira, de 3 de dezembro de 1963 — Apresenta o relatório das principais ocorrências da 52ª Conferência Interparlamentar, realizada em Belgrado nos seguintes termos:

Brasília, 3 de dezembro de 1963.

Senhor Presidente:

De acordo com o artigo 37 do Regimento deste Grupo, cabe-nos, na qualidade de Chefe da Delegação brasileira à 52ª Conferência Interparlamentar, realizada em Belgrado, apresentar a essa Presidência o relatório das principais ocorrências daquele conclave.

Fazemo-lo com satisfação honrados com a missão que nos foi conferida.

Nossa Delegação se constituiu dos seguintes congressistas:

Senadores:

Rui Palmeira,  
Irineu Bornhausen,

Ray Carneiro,  
Nogueira da Gama,  
Argemiro de Figueiredo,  
Arnon de Mello,  
Filinto Müller,  
Leite Neto,  
Joaquim Parente.

Deputados:

Theodilo de Albuquerque,  
Newton Carneiro,  
Aderbal Jurema,  
Antônio Feliciano,  
Furtado Leite,  
Franco Montoro,  
Antônio Carlos Magalhães,  
Aloysio Nêdo,  
Cândido Sampaio, e  
Luiz Vianna.

Essa Delegação, organizada por motivo de força maior às vésperas da realização do mencionado certame, teve a participação que era possível nos trabalhos da 52ª Conferência Interparlamentar. A representação do nosso Grupo já havia dado, na reunião de abril, em Lausanne, sua contribuição no preparo da agenda das temas que seriam discutidos na reunião de Belgrado.

Nossos companheiros, Senador Filinto Müller e Deputados Newton Carneiro e Franco Montoro, debateram os assuntos em pauta no plenário da Conferência.

Aos trabalhos internos das Comissões estiveram presentes, participando de suas deliberações, os delegados brasileiros designados para esse fim. Serviu de Secretário da Delegação do Senado o funcionário Sr. Arthur Levy Schütte, que deu conta, com eficiência, do seu encargo, apesar de ter chegado com certo atraso a Belgrado por circunstâncias imprevistas.

Pela Câmara compareceu o funcionário Antônio Celso Barroso, que igualmente se desincumbiu a contento de sua missão.

Os Comitês de Imprensa do Congresso enviaram como seus representantes ao conclave os jornalistas Maria da Graça Dutra e Marcos de Faria.

As atividades da 52ª Conferência Interparlamentar duraram de 12 a 20 de setembro. E, no final, foram aprovadas as conclusões, cuja súmula acompanha este Relatório.

Por esse resultado se pode aferir a importância e a atualidade das temas abordados no mencionado conclave.

Essas conclusões devem ser oferecidas ao conhecimento dos parlamentares de todas as Nações participantes, como preceitua o Estatuto da União em forma de recomendação.

Dia a dia se fortalece o prestígio da União Interparlamentar, pelas

adesões que recebe e pela seriedade com que aprecia os assuntos de maior relevância para a vida de todos os povos.

Como se sabe, na Conferência de Brasília, para suceder ao eminente Professor italiano Deputado Codacci-Pisanelli, foi o Brasil honrado com a eleição do Deputado Ranieri Mazzilli para Presidente do Conselho Interparlamentar.

Sentimo-nos felizes em acentuar que, embora fosse difícil a função, depois de mandato tão brilhantemente exercido pelo Deputado Codacci-Pisanelli, o Presidente Mazzilli está mantendo, com a preciosa e inestimável colaboração do Senhor de Blonay, Secretário-Geral da União, aquele mesmo vigoroso esforço no sentido de ampliar e consolidar o presépio da Organização.

Assim, por inspiração do Presidente Mazzilli, nosso Grupo está desenvolvendo “demarques” para levar à União outros parlamentares americanos, que não a integram ainda, alargando, dessa forma, a participação do Grupo Interamericano.

Com o estímulo desse louvável esforço, já em fevereiro do próximo ano, se reunirá em Washington a III Conferência Interparlamentar Americana.

Para encaminhar o assunto, foi realizada em Belgrado uma reunião dos Delegados dos países americanos, sob a Presidência do Deputado Mazzilli. Nessa reunião foram assentadas medidas para assegurar o êxito da próxima reunião interamericana, com base no relatório apresentado pelo Deputado Newton Carneiro, que em companhia do Senador Meira de Sá, percorreu recentemente vários países da América.

Vale consignar que grande é o empenho do Grupo Norte-Americano, sob a direção dinâmica do Deputado Saint George, para garantir profícuos resultados à Reunião de Washington, conclave que terá grande significação para os povos deste Continente.

### Reunião do Conselho da União

Realizou o Conselho duas reuniões, nos dias 11 e 13 de setembro. Estivemos presentes a essas reuniões, em companhia do Senador Filinto Müller. Ficou assentada a escolha de Lucena para o próximo encontro de abril de Copenhague para a conferência de setembro.

Foram reeleitos os brasileiros integrantes do Conselho.

Estas, as notícias que nos parecem interessantes para o conhecimento das Casas do Congresso Brasileiro.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILLO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,00
Ano .....	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,00

#### FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,00

— Exceções para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, por exercício decorrido, cobrando-se mais Cr\$ 0,50.

Uma conclusão ressalta das considerações que estamos expondo: a necessidade de fazer-nos representar nas reuniões e conclaves promovidos pela União Interparlamentar. Esta é, aliás, a opinião dominante em outros parlamentares, convencidos de que serão úteis e proveitosos esses contatos e relevantes os assuntos que neles se tratam.

Será, entretanto, de toda conveniência que as delegações designadas para as futuras reuniões o sejam com maior antecedência, para melhor ordenação dos encargos e tarefas que terão de desempenhar.

Tivemos das Presidências do Senado e da Câmara o mais irrestrito apoio nas providências que solicitamos.

São estes, Senhor Presidente, os comentários que nos sentimos no dever de formular, cumprindo mandamento regimental.

Receba Vossa Excelência nossos protestos de maior apreço. — Rui Palmeira, Presidente do Grupo brasileiro da União Interparlamentar.

Ofício — do Sr. General de Exército Oswaldo de Araújo Mota, de 10 de dezembro de 1963 — Comunica haver deixado a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas e agradece as atenções que recebeu do Senado durante o tempo em que exerceu aquele cargo, especialmente no tocante à cessão do Palácio Monroe para sede provisória do referido órgão, como segue:

AVISO Nº 588-ÇAB — Em 10 de dezembro de 1963.

Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que, hoje, transmiti a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas ao Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Pery Constant Bevilacqua.

2. Cabe-me, no momento, e com satisfação o faço, agradecer a colaboração sempre pronta recebida de Vossa Excelência e de seus dignos pares, durante o exercício daquelas funções, destacando a entrega do Palácio Monroe, para sede provisória deste alto órgão e cuja instalação efetuei no princípio de 1962. Na transmissão do cargo, recordei a feliz coincidência que me fôra proporcionada, procurando, com as seguintes palavras dizer do meu apreço e do meu respeito por essa Casa do Congresso, e, portanto, pelo próprio Poder Legislativo:

“O EMFA, homenageado pelo Senado Federal, é hoje, o guardião de uma das casas de maior tradição na história política Brasileira — o Palácio Monroe. Sob a minha Chefia, processou-se a mudança faz quase dois anos e estamos certos que vimos correspondendo à magnitude do gesto, cuja confiança nos conforta e cujo apreço nos distingue. Ao despedir-me do cargo, proporcionador dessa ventura, só me cabe reafirmar aos Senhores Senadores, e, portanto ao próprio Poder Legislativo, que o EMFA, não desmerecendo seu passado, continuará velando por este templo da liberdade pátria e pela consolidação do regime, eleito pelo nosso povo, por traduzir o seu espírito cristão, humano e pacífico.”

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito. — General-de-Exército Oswaldo de Araújo Mota, Chefe do EMFA.

### O SR. PRESIDENTE:

O Expediente vai à publicação. Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres, orador inscrito.

### O SR. VASCONCELLOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com irrepreensível coerência venho tratando há cerca de um ano, nesta Casa, do problema da indústria automobilística.

Agora, quando poderosos grupos se unem pressionando o Congresso em desprestígio de uma medida do Sr. Carvalho Pinto, entendo que é o momento de conchamar o Senado a prestigiar a medida do ex-Ministro da Fazenda que está cobrando e cobrou, como lhe competia a dívida dessas empresas para com o erário federal da ordem de trinta bilhões de cruzeiros. O Ministro da Fazenda intentou fazer a cobrança e agora, em ampla e farta matéria paga, o Serviço de Relações Públicas das empresas automobilísticas dirige-se ao Congresso, ou mais precisamente ao Senado Federal, no sentido de que seja perdoado, que não seja cobrado aquilo que representa um direito para a Nação a pretexto de que indústria presta grandes benefícios ao País.

Inegavelmente, benefícios foram prestados. Mas, em contrapartida, compromissos foram firmados, e esses compromissos terão que ser atendidos. Não será a farta matéria paga, pelos órgãos de publicidade, tanto na imprensa escrita e falada como na televisada, que influirá no ânimo dos Senhores Senadores no sentido de se perdoar uma dívida séria, correta e decorrente dos compromissos assumidos pelas empresas de montagem de fabricação de viaturas neste País.

A indústria automobilística prepara um ardil através de expedientes pouco recomendáveis que atingirá fundo os cofres públicos do País. Grupos já se encarregaram da preparação psicológica, declarando que se o Congresso — no caso o Senado — não aprovar projeto de lei de isenção definitiva dos impostos de importação, taxas aduaneiras, e.c., a indústria automobilística entrará em colapso. Aliás, tem sido uma constante do grupo da indústria automobilística fazer exigências sob pena de paralisação, desemprego, aumento de custos, etc., sem jamais colocar o público a par de seus custos. O que se sabe de custos foi denunciado por mim, seguidamente, nesta Casa, sempre na mesma linha de defesa da economia brasileira e com aquele reirão que faço questão, mais uma vez, de repetir: “ser contra a indústria automobilística é um crime; mas ser contra os lucros excessivos e extorsivos é um dever!”

Tenho enumerado várias vezes os favores governamentais, creditícios, fiscais, cambiais etc.; falarei mais adiante sobre a tolerância dos favores fiscais concedidos ao grupo da indústria automobilística, através de decretos, leis de prorrogações, assinaturas de termos de responsabilidades e querjandos, tudo isso que o povo deu a essa gente esperando um dia a retribuição na forma de veículos a preço razoável e compatível com sua bolsa.

Com relação aos automóveis, tenho, aqui, uma estatística que diz o seguinte: (Lê)

### CASO DOS AUTOMÓVEIS

Índice de Nacionalização	Isenção de Impostos de Importação e Consumo e Taxas Aduaneiras
Até 1.7.957 .....	50%
Até 1.8.958 .....	65%
Até 1.7.959 .....	85%
Até 1.7.960 .....	95%
Lei 2.993 isenção de 6.12.1956 até junho de 1959;	
Lei 3.768 — prorrogação até junho de 1962.	

Atentem bem que, muito embora o índice de nacionalização exigido fosse de 95%, em 1960, ainda, foi permitido, pelo governo e pelo Congresso Nacional, importações de máquinas e equipamentos com isenção de impostos e taxas aduaneiras, até junho de 1962.

Índice de Nacionalização	Isenção de Impostos de Importação e Consumo e Taxas Aduaneiras
Dec. 47.473 de 1959 — inicial	Lei 3.963 isenções até junho de 1962
1ª etapa — 1.7.60 até 31.12.60 70%	Projeto de lei 4.457, de 1962 solicitando prorrogação da lei supra (3.963) até 31 de dezembro de 1963.
2ª etapa — 1.1.61 até 30.6.61 85%	
3ª etapa — 1.7.61 até 31.12.61 90%	
4ª etapa — 1.1.62 até ..... 95%	
Dec. 50.836 de prorrogação e proteção dos índices de nacionalização	
1ª etapa até 30.9.61 ..... 70%	
2ª etapa até 30.6.62 ..... 85%	
3ª etapa até 30.6.63 ..... 95%	

Instalou-se a indústria de tratores, pelo decreto 47.473 de 1959, com a obrigatoriedade de ser atingida a nacionalização 95% até janeiro de 1962. Assim receberam os favores fiscais, cambiais, creditícios, etc.

Todavia, fugiram aos compromissos assumidos inicialmente e o governo acolheu, como sempre, os seus “lamentos”, dilatando os prazos de nacionalização através do decreto 50.836, concedendo-lhes prorrogação até atingir 95% em junho de 1963. Pelo exposto verifica-se que não fazem outra coisa a não ser aumentar preços e pedir favores ao governo. Dar ao Povo automóveis, caminhões, e tratores, a preços acessíveis, em troca do que o povo tiraram em isenção de impostos, não lhes passa pela idéia. Estão agora, ameaçando colapso na indústria automobilística, caso não seja

aprovado o projeto de lei em tramitação na "casa", legalizando as isenções dos impostos concedidos mediante assinaturas de Termos de Responsabilidade nas importações de máquinas e equipamentos pela indústria de tratores a partir de junho de 1962. Não vejo motivo para que se aprove esta lei, pois que, à época da vigência da lei 3.963, junho de 1962, o índice de nacionalização atingido foi de 85%. Ora para ser atingido, tal índice, já toda a maquinaria necessária a integração da indústria estava instalada e fazendo parte do processo da produção. A complementação da nacionalização de 15%, é geralmente, tomando-se por base a indústria automobilística, feita por partes ainda não fabricadas no parque de auto-peças

existentes no país, ou mesmo, quando fabricados, não atendam as necessidades das montadoras. Logo a nacionalização complementar ..... (85% + 15% = 100) não necessita de maquinaria e sim de maior produção das fábricas de auto-peças. Recolham os impostos e taxas aduaneiras relativos às importações de máquinas retiradas a partir do segundo semestre de 1962 (quando já havia sido atingido o índice de nacionalização de 85%) mediante assinaturas de Termo de Responsabilidade. Já têm a seu favor a desvalorização da moeda. Que mais querem? Porque o "CHORO" desses grupos não vem precedido do custo dos seus veículos? O que, aliás, já denunciei e torno a lembrar ao povo brasileiro:

Fábricas (Custo médio industrial)	Despesas em 1962 conforme Balancetes	dividido	Pela Produção em unidades = Custo
	bilhões		Mil
	cr\$		cr\$
Willys .....	20	dividido	48.362 = 579
Volkswagen .....	12,5	dividido	53.000 = 236
DKW .....	8	dividido	15.544 = 546

Os Srs. Senadores se recordam de que pedi, mediante requerimento de informações, o custo de produção de cada veículo, e estarrecidamente veio a informação de que o custo representa um sigilo e não pode ser devassado.

Com base nos balancetes das empresas e com auxílio de uma equipe de contadores, pude levantar o preço médio desses veículos fabricados no Brasil. Sem contestação, irrevocavelmente se provou que a margem de lucro das empresas montadoras de automóveis atingia às vezes até a cifra de 300%! Não pude ser contestado nas seções especializadas de automóveis nas revistas. A única coisa que disseram a respeito da minha atuação foi o seguinte: — O Senador Vasconcelos Torres é hoje o homem que mais devassou os segredos da indústria automobilística.

Essa indústria é necessária ao País. Contra ela não me levanto. Seria uma estultícia, seria até indignidade e impatriotismo combatê-la. Combato, sim, os gananciosos, aqueles que se querem valer de lucros imorais. Combato o fato de se ver, a pretexto de legítimo orgulho verde-amarelo, o veículo apenas na vitrina. A classe média e o proletariado não têm possibilidade de comprá-lo. Combato, portanto esse contentamento ridículo de lamber a vitrina, sem ter direito ao carro que o povo brasileiro está pagando — como demonstrei no dia de hoje — através dos favores fiscais, cambiais e creditícios.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Tem V. Ex<sup>a</sup> toda a razão ao tratar do problema do custo da indústria automobilística. Não se justifica e não se compreende que, tendo sido ela favorecida, enormemente, no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, quando empresas várias aqui se instalaram recebendo os favores governamentais — tenha estabelecido, no decorrer de tão pouco tempo, aumentos vertiginosos dos preços de carros, aos quais praticamente só têm acesso os privilegiados. Dizia-se, antigamente, quando se tratava da questão dos preços dos carros importados da América do Norte, da França ou da Inglaterra, por isso mesmo inacessíveis à bolsa do remediado que, com a fundação da indus-

tria automobilística o problema seria superado. Infelizmente, assim não aconteceu. Tive informações, hoje de que o próprio carro que vai ser fabricado pela Fábrica Nacional de Motores, o JK, deverá custar, em junho, cerca de 8 milhões de cruzeiros. O Aerowillys já superou de muito a casa dos 4 milhões e vai subir ainda mais nos próximos meses de fevereiro e março. Vê V. Ex<sup>a</sup> que a indústria automobilística somente favoreceu aos que dela auferem lucros e não aos brasileiros. V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem ao encetar campanha desta natureza que certamente, conta com o apoio de todo o povo brasileiro e do Senado da República.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exatamente. V. Ex<sup>a</sup> transmite, com o seu aparte, a opinião de todo o povo.

Quem pode adquirir carro, Senhor Presidente? Quem pode — diz muito bem o Senador Aarão Steinbruch — deixar de reconhecer que tantos favores creditícios, fiscais e cambiais não contribuíram para beneficiar o povo?

Queremos automóveis, queremos jipes, queremos tratores. Mas queremos, também, que haja aquela margem moral de lucro de que falava São Tomás de Aquino, porque, não é admissível um lucro imoral como, no caso, está provado que existe.

Já se está agora, pressionando o Governo, a pretexto da paralisação das fábricas.

O Sr. Aarão Steinbruch — Se não me falha a memória, no ano próximo passado, quando não se adquiriu mais carro em virtude da elevação do preço oferecido no mercado, as fábricas pressionaram o Governo para que este, comprasse — sua produção em massa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — E comprou?

O Sr. Aarão Steinbruch — Sim. Agora, tenta-se fazer a mesma coisa. Tenho conhecimento, inclusive, de que há empresas remetendo verdadeiras fortunas para o exterior.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Cito um exemplo em abono de sua tese: o caso da Volkswagen. No ano passado ela remetia, por unidade fabricada pela Volkswagen — sedã Karmannhia ou caminhonete — 300

mil cruzeiros, para a matriz, na Alemanha.

O Sr. Aarão Steinbruch — Foi recentemente assinada a regulamentação da lei de remessa de lucros para Sr. Presidente da República, que estava, aliás, tardando, de vez que a proposição foi aprovada pelo Congresso Nacional há mais de ano. O Sr. Presidente da República somente há poucos dias regulamentou a matéria. Antes tarde do que nunca. Estaremos, entretanto, no Senado de sobreaviso para que não seja apenas uma regulamentação para constatar. Temos de acompanhá-la, fiscalizá-la para ver se realmente vai ser aplicada ou não a Lei de Remessa de Lucros. A verdade é que não se confia muito neste Governo que assina uma regulamentação para, em seguida, não cumpri-la. Devemos, portanto, estar atentos, para ver se vai ser cumprida. Estranho, entretanto, que não tenha tido repercussão, na opinião pública, a regulamentação de matéria de tal importância. O fato significa que o povo não confia na ação governamental.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Tomara que não mais estejamos naquela fase tão bem descrita num conto do imortal Afrânio Peixoto. Contava ele que no país do pórtio, um cidadão ao desembarcar tomava conhecimento de uma série de leis, de exigências, quando um carregador lhe segredou no ouvido: — "Não se incomode, porque a lei neste País foi feita para não ser cumprida". Que não haja atualidade naquele belo conto de fecunda imaginação literária do grande imortal brasileiro!

O Sr. Aarão Steinbruch — No caso não houve fecunda imaginação; era apenas a expressão da verdade.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Naquela época como hoje estamos vendo que realmente a lei é feita só para estar no papel. Portanto, agitação social reinante que se agrava cada vez mais, poderá ter consequências as mais terríveis para nós neste País, fazemos as leis para não serem cumpridas.

Continuo dizendo que seria uma estultícia, um ato impensado, leviano e incorreto, Sr. Presidente, atacar-se, para e simplesmente, a indústria automobilística. Ela é tão forte que conta até com brasileiros que se prestam ao papel de testas-de-ferro, mas rigorosamente testas de ferro de capitais alienígenas que não têm em vista o contribuir para a melhoria de condição de vida que é o sentido que se deve imprimir ao dinheiro. Querem, apenas, o lucro fácil e extorsivo e não só com base na desvalorização impressionante da moeda, mas também como garantia precipitada de se ganhar o máximo, no mínimo de tempo possível.

Quero continuar tratando desta matéria num diálogo franco. Felizmente, as assertivas que tenho feito aqui jamais foram contestadas e jamais poderão sê-lo, porque disponho de documentos sobre os favores cambiais, creditícios e fiscais concedidos e balancetes que me levam a fazer a indagação de sempre: quanto custa o automóvel, o caminhão ou o trator brasileiro? As empresas não respondem, alegando um sigilo, que deve ser quebrado, de qualquer maneira, em benefício da economia e da dignidade deste País.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com todo o prazer.

O Sr. Aurélio Viana — O que está consubstanciado no projeto a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu no início da sua oração? De que trata o projeto? Sem a sua aprovação, disse V. Ex<sup>a</sup> se não estou equivocado — a indústria automobilística do País pareceria, entraria em colapso.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato.

O Sr. Aurélio Viana — O projeto pretende a favor da indústria automobilística. Mas, vem V. Ex<sup>a</sup> e argumenta que só a Volkswagen envia para o exterior, por unidade fabricada no Brasil — Cr\$ 300.000,00.

E V. Ex<sup>a</sup> acrescenta que ninguém descobriu ainda — porque é um mistério e, como mistério, é algo impenetrável o quanto custa, às empresas que fabricam automóveis, cada unidade fabricada. Fico, então, sob perplexidade. Para que a indústria automobilística brasileira ou a indústria automobilística que fabrica carros, no Brasil, não entre em colapso, há necessidade de mais favores. Mas, essa mesma indústria envia para o exterior lucros fabulosos, segundo Versa Excelência! Por que, então, mais favores? Exato. Estou apenas apertando, para ouvir algumas explicações, de V. Ex<sup>a</sup>, que é um dos conhecedores, — segundo disse, referindo-se a uma revista especializada, que a Versa Ex<sup>a</sup> aludia — um dos conhecedores mais atuais e profundos desta matéria. Precisa ou não a indústria que fabrica veículos, neste País, de mais favores? Se precisa de mais favores, porque envia tanto dos seus lucros para o exterior? E se não precisa de favores, porque então se aprova o projeto a que V. Ex<sup>a</sup> alude?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito bem apresentada a questão de V. Ex<sup>a</sup>. O ex-Ministro da Fazenda, Professor Carvalho Pinto, — patista e portanto insuspeito — porque a indústria automobilística tem sua base justamente no Estado de São Paulo — resolveu cobrar os trinta bilhões de cruzeiros que essa indústria deve ao erário federal. Todos os favores concedidos a seu tempo, na base da nacionalização progressiva dos veículos, foram atendidos.

Então a indústria, através seu Serviço de Relações Públicas — a expressão "relações públicas", vai se desmoralizando dia a dia tanto que agora lá criaram uma outra, ou seja, "relações civis", usando-se a própria terminologia americana: "civil relations" — apela para o patriotismo, patriotismo dos congressistas e das autoridades administrativas, não em benefício do País mas sim do corpo industrial sem base econômica e sem base política no território onde estão assentadas.

O nobre Senador Aurélio Viana, com a argúcia e a visão dos problemas econômicos e políticos do País que o caracterizam abordou aspecto sobre o qual eu ia passar perfunctivamente, e não quero esgotar toda a munção da patrona porque, Sr. Presidente, neste assunto, pretendo ir até o último cartucho.

Tenho aqui, justamente, as declarações do presidente do Sindicato da Indústria Automobilística, apelando para o Congresso, especificamente para o Senado, em termos dramáticos, para nosso patriotismo, para nossa compreensão, como se compreensão e patriotismo não significassem também a defesa daqueles que pagaram, daqueles representados pelo povo. Não foi o Governo que concedeu para e simplesmente esses favores. Foram dados à custa do povo, e no entanto, esse povo não pode adquirir um veículo.

Tenho aqui as palavras do Presidente do Sindicato da Indústria Automobilística de São Paulo, em que apela para o Congresso Nacional, para o Senado, e o Senado, Sr. Presidente, através de um dos seus mais modestos e até poderia ser mais preciso — o seu mais modesto e humilde representante (Não apoiado) ficou aqui, através do expediente regimental do Requerimento de Informações para saber o custo do automóvel, o

custo do caminhão, o do trator, e nada conseguiu.

Respondendo a V. Ex.<sup>a</sup>, são mais favores, favores dobrados porque representam o perdão de uma dívida por créditos próprios reconhecida, de trinta milhões de cruzeiros! Devem ao País, através dos sucessivos decretos que foram por mim citados, na base dos índices de nacional e agora, à base de ameaça de um colapso. Não há colapso, porque quem faz as propagandas na televisão, no rádio, nos jornais, sorteados carros, quem concede favores e até agora essa parte que V. Ex.<sup>a</sup> abordou e que será objeto de um pronunciamento meu posterior, e da exportação, não pode estar em situação deficitária de maneira alguma, nem à beira de colapso.

Seria um paradoxo, Sr. Presidente, pois sei que aqui em Brasília, no meu Estado ou na Guanabara, existem pessoas que querem comprar carro e entram na fila! Há fila para compra de Volkswagen, há fila para compra de Aero-Willys, há fila para compra do DKW-Vemag, e nem sempre a produção é havidada com aquela honestidade que deve marcar a fabricação de um produto, porque a ganância tem prevalecido e é justamente esta que, repetidamente, quero denunciar desta Casa.

Sr. Presidente, tenho em mãos um quadro que levantei com elementos colhidos inclusive no Senado: As empresas me mandaram os balanços e os balancetes, e por estes fui ao custo médio do veículo fabricado. Tenho aqui um pequeno quadro: — fabrico, custo médio industrial, despesa 1962, conforme balanço, dividido pela produção de unidade, o que, Sr. Presidente, em Contabilidade, necessariamente tem que dar o custo.

Willys — Despesas em 1962, 28 bilhões — dividido por 48.362, o custo da Aero-Willys sai por Cr\$ 573.000,00. O Senador Aurélio Viana, há pouco, disse o preço do Aero-Willys, já quase atingindo a casa dos quatro milhões de cruzeiros!

Wolkswagen — 12,5 bilhões, dividido — despesas do Balanço de 1962 — por 53.000, dá o custo de Cr\$ 276.000,00. Tem que mandar 300 mil para fora. Efetivamente, tem que cobrar o preço que cobra, muito mais de dois milhões!

DKW. Oito milhões. Despesas eu 1962, conforme balanço, dividido pela produção em unidades, 15.844, ou seja o custo aproximado, no ano passado por unidade, 546 mil cruzeiros. Um DKW ou um Belear.

Então, Sr. Presidente, os lucros que estão obtendo são efetivamente imorais. E este Governo e este Congresso não podem permitir que o projeto que vai ser votado aqui, dentro em breve, seja aprovado pura e simplesmente, sem exame mais detalhado.

Aqui, Sr. Presidente, se falará de sinceridade para sinceridade. Vem aqui os homens da indústria automobilística e contestam os seus balanços, porque justamente com seus balanços é que podemos ter a média do custo da unidade fabricada. Entretanto, esse custo é omitido. Tiveram que me remeter os balanços. Aliás, não éles, mas o GEIA — esse GEIA que é uma reparação fantasma, que é uma reparação que existe às vezes. Quanto convém, existe; quando não convém, não existe. Alega que o GEIA — Grupo Executivo da Indústria Automobilística — só implanta a indústria. Outras vezes, para defender o aumento do custo do veículo, o GEIA existe.

Chegamos ao ponto de o Ministro da Indústria e Comércio, perante a Câmara dos Deputados, declarar que não tinha elementos para dizer qual o custo do veículo nacional. E como é, então, que o Ministério da Indús-

tria e Comércio tem ciência dessa tabela e autoriza que se vendo o veículo pelo preço que se estipulou?

Sr. Presidente, parodiando Shakespeare: há qualquer coisa de poder no reino da indústria automobilística. Vamos defendê-la.

Qual de nós, em sua consciência, desejaria a falência da indústria automobilística? Qual o brasileiro que, abordando este assunto, pretenderia o fechamento dessa indústria com o desemprego e falta de aplicação da mão de obra já altamente especializada em São Paulo, inclusive com um salário bem alto, proporcionando bom padrão de vida ao trabalhador? Qual de nós pretenderia que se estiolasse ou fenecesse uma atividade de tanta importância econômica? Nenhum.

Mas, qual de nós não tem de orgulhar a voz, qual o Senador que não tem de produzir, secundamente, cultura e lucro moral, excessivo, exorbitante e indetente daquelas que, na indústria brasileira, aliam a indústria do nosso povo a cada hora que passa?

Vejam, por exemplo, o caso da indústria de auto-pecas ou da indústria metalúrgica. Veja-se que a indústria neste País, a pretensão do nosso orgulho, serve também para o menoscabo e a pobreza brasileira. Quem não sabe que há industrial metalúrgico em São Paulo que vive nas crônicas do "society" internacional, dando inclusive uma falsa impressão do povo brasileiro? Quem não sabe da história das amantes de Baby Pignatari, que ganha à custa do metalúrgico de São Paulo, e em nome da OPA viaja para os Estados Unidos, para a Europa ou para outros pontos do mundo, dando a falsa impressão de que no Brasil se ganha fácil?

Sr. Presidente, Baby Pignatari é um exemplo entre outros, de personalidades nacionais e internacionais que eu poderia citar como uma afronta, visando, justamente, demonstrar a minha tese de que a custa desse orgulho, desse patriotismo verde e amarelado, alguns ganham demais para desperdiçar, a pretensão do nome de uma industrialização que, de fato, nos orgulha e que temos de defender, mas que, internamente, nos humilha e nos achacalha.

Baby Pignatari é o homem que simboliza todos os outros que saem deste País e vão em cruzeiro pelo Mediterrâneo para Mônaco, Paris, Londres, esbanjar nos grandes cabarés de Nova Iorque. E o fazem, Sr. Presidente, à custa da miséria, da falta de vestuário decente para o trabalhador metalúrgico.

Assim, também se verifica na indústria automobilística. Nomes não quero citar, por hora, mas quero dizer que, não obstante essa indústria ameaça entrar em colapso, não entrará, porque muitos dos seus diretores ostentam fortuna, e afrontam a miséria do povo brasileiro.

O povo brasileiro está em dificuldades de adquirir o que, em parte, lhe pertence. Os veículos estão adormecendo nos revendedores, mas, os gananciosos não reduzem os seus lucros, nem mesmo estabilizam os preços. Preferem, com o auxílio dos maus brasileiros no governo, tratar da colocação do produto nacional no mercado externo, através da ALALC.

Srs. Senadores — Estejam certos que farei o que puder; farei o impossível para impedir que se exporte um produto cujo mercado interno ainda não foi suprido.

Se quiserem exportar para manter o alto preço, que concordem então, na redução da tarifa, alfandegária para importações de carros usados, através de Sindicatos e órgãos oficiais, única forma de reposição da frota de automóveis existentes.

Sr. Presidente, este é um assunto que marcou praticamente, no ano passado, uma parte de minha atuação parlamentar.

Repito — que nada tenho contra quem quer que seja da indústria automobilística; pelo contrário, acredito que no meio se encontram brasileiros que apóiam minha tese. Brasileiros de grande tradição nacionalista e que ali ocupam cargos, não propriamente representantes de grupos internacionais, mas que pela sua experiência, pelo seu tirocinio bem podem chegar a um entendimento para que se possa salvar a indústria dando ao povo aquilo que o povo deu à indústria, e não permitindo como se tem feito até agora e repito a frase com que iniciei meu discurso — que os veículos fiquem apenas nas vitrines, e, lambendo a vitrine, a classe média e o proletariado não tenham possibilidade de possuir o seu veículo.

Ser contra a indústria automobilística, Srs. Senadores, é um imperdoável crime de lesa-pátria. Mas calar diante dos fatos que aqui trago, com documentos e leis citadas, Senhor Presidente, seria imperdoável ao modesto representante de um Estado de pequena área geográfica que sente também esses problemas e não pode deixar de denunciá-los repetidamente à Nação.

Voltarei ao assunto com maior abundância de detalhes, na certeza de que o Senado, no instante em que abordo a matéria, terá, a atenção voltada para a pressão que se faz, no sentimento do perdão da dívida de Cr\$ 30.000.000.000,00 que a indústria automobilística deve ao País.

Vamos, através de emendas, e de convocação dos Diretores, debater o assunto, e os que forem patriotas e brasileiro chegarão a um acordo. Não estou aqui, Sr. Presidente, para uma *Delenda Carthago* e sim para falar — como todos os Srs. Senadores de resto — em nome do povo brasileiro, que viu crescer a sua indústria automobilística com orgulho e que, entretanto, sabe que o homem do povo de remuneração salarial, o homem da classe média e mesmo outros bem remunerados não podem adquirir um carro, pelas exigências que se fazem e pelo seu preço vultoso. Isso sem falar, evidentemente, da desonestidade de algumas empresas que fabricam precariamente as suas viaturas.

Este, entretanto, é outro assunto que deixarei para mais tarde. Hoje, o que me traz à Tribuna, é chamar a atenção do Senado Federal para a pressão que se está fazendo no sentido de votarmos a matéria. Mas já não se vai votar em silêncio. Tenho emendas formuladas para, na devida oportunidade, apresentar. Conclamo, então, a todos os Srs. Senadores, desapassionadamente. Não estou contra ninguém, não estou contra a indústria automobilística; estou, única e exclusivamente, a favor do Brasil. (Muito bem, muito bem.)

O SR. DANIEL KRIEGER:

— Sr. Presidente, peço a palavra como Líder de Bloco.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o Sr. Senador Daniel Krieger, como Líder de Bloco.

O SR. DANIEL KRIEGER:

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegou ao meu conhecimento que o Conselho Nacional de Telecomunicações resolveu suspender a suspensão por 24 horas, do funcionamento da Televisão e do Rádio Tupi do Rio de Janeiro.

Tive conhecimento, também do voto proferido pelo eminente Conselheiro, ex-Deputado Federal por Alagoas, Carlos Gomes de Barros. Creio que Sr. Excelência, que representa naquele Conselho, a União Democrática Nacional conceituou bem, esclareceu exatamente o nosso ponto de vista que ve harmoniza perfeitamente com o voto do nobre Conselheiro do nosso partido.

Não encontramos, por mais que examinássemos razões que determinassem essa suspensão. O motivo invocado para decretá-la foi uma resposta que o eminente Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, deu ao Ministro do Trabalho, Senador Amauri Silva. Mas quero dizer ao Senado da República e à Nação que nenhum elemento da União Democrática Nacional se levantaria ou protestaria, contra uma decisão do Conselho de Telecomunicações, desde que ela estivesse rigorosamente adstrita à lei e que fosse uma expressão reiterada das suas decisões. Porque em verdade, a lei a todos deve abranger e não apenas a alguns.

Mas o estranhável, Sr. Presidente, é que a Rádio Mayrink Veiga está constantemente a serviço da subversão no Brasil. Veículo da propaganda subversiva do deputado Leonel Brizola nunca o Conselho de Telecomunicações tinha tomado qualquer decisão para restringir a sua atitude subversiva e prejudicial aos interesses do Brasil.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) Quer-me parecer, pelas informações que até então obtive, que a decisão do Conselho é rigorosamente certa, de vez que foi infringido artigo do Código de Telecomunicações por parte da Emissora da T.V. Tupi. Entretanto, solidarizo-me com V. Ex.<sup>a</sup> ao criticar o Conselho que usa de dois pesos e de duas medidas, que não censura outras emissoras e outras T.V. quando fazem a propaganda do Governo contra o Congresso Nacional, por exemplo. Dai por que me solidarizo com V. Ex.<sup>a</sup>. Se o Conselho não usa de imparcialidade, não deveria ter adotado essa providência retirando do ar, por 24 horas, a TV e a Rádio Tupi, muito embora os conceitos emitidos por essas emissoras não estejam de acordo com o meu pensamento político e filosófico.

O SR. DANIEL KRIEGER — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e V. Excelência na expressão geral, tem toda a razão. Votamos uma lei instituindo o Código de telecomunicações; e, se assim fizermos, devemos estar adstritos aos preceitos que votamos. Toda vez que uma TV ou um rádio infrinja os princípios por nós estabelecidos, não temos nenhum direito de nos insurgir contra a punição contra elas estabelecidas. Não sei se, nesse caso, se concretiza a infração. Pelas informações que tenho elas não se verificaram; mas, admitindo que se tivessem concretizado, permito que o meu protesto pela falta de equidade.

Equidade, Sr. Presidente e Senhores Senadores, é indiscutivelmente, uma grande virtude. O Imperador romano Marco Aurélio, o extraordinário Marco Aurélio, já quase moribundo quando o seu oficial de dia foi receber a senha nos últimos dias de sua vida, respondeu-lhe: "equidade". Efectivamente, perdemos o respeito, perdemos a estima, perdemos a admiração daqueles que não agem com equidade.

O Senhor Aarão Steinbruch — Agem com intolerância, inclusive!

O SR. DANIEL KRIEGER — Por isso, quero acentuar o meu protesto por esse tratamento diverso, por essa desenfreada e criminosa liberdade que se dá à Rádio Mayrink Veiga, para que transmita a todos os ouvintes do Brasil a pregação revolucionária e pela



restrição que se impõe a uma cadeia de rádio e televisão que pode ter errado transitória ou momentaneamente, mas que, indiscutivelmente tem prestado serviços à causa da democracia e da liberdade como a Rádio e Televisão Tupi.

Sr. Presidente esse procedimento traz uma profunda inquietação aos democratas, porque eles sentem que parte do Governo um tratamento profundamente desigual, de maior liberdade e irresponsabilidade àqueles que tramam contra as instituições republicanas existentes no Brasil e uma proteção desmedida, de liberdade e injustificável àqueles que atentam contra a vigência dessas instituições.

Fica, portanto, registrado nos Anais do Senado Federal, o protesto que faço em meu nome e do meu Partido e em nome de todas as consciências liberais desta Nação, sem exclusão de partidos e de credos, porque, nesta hora todos estamos imbuídos para defender a sobrevivência da liberdade e das instituições republicanas no Brasil.

Eram essas as palavras que a consciência me determinava, e que proferi com a união de quem crê na eternidade do Direito, porque só ele pode sobreviver no caos e traçar rumos às nações. *(Muito bem! Muito bem!)*

#### O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

#### O SR. AARÃO STEINBRUCH:

*(Não foi revisto pelo orador)* — Senhor Presidente e Srs. Senadores, já por diversas vezes temos reclamado desta tribuna e inclusive formulado requerimentos de informações às autoridades competentes, no caso a Presidência da República e o DASP sobre os motivos que determinam a não inclusão, nos quadros do Serviço Público, de milhares de pessoas que se submeteram, em todas as regiões do País a concursos públicos.

Existe um decreto que vem sendo prorrogado, automaticamente, pelo Senhor Presidente da República, proibindo de modo terminante as admissões no Serviço Público. Entretanto, esse decreto somente existe no papel, de vez que, diariamente, são nomeadas dezenas de pessoas que não se submetem a nenhuma prova de habilitação, que não fazem sequer concurso de títulos.

Ora, às vezes de se convir a necessidade urgente para preenchimento de determinados cargos nos Quadros do Serviço Público pode determinar a nomeação de pessoas, sem a exigência preliminar do concurso. Mas, quando existem milhares e milhares de concursados, a medida não se justifica, porque contraria a Constituição federal, a lei ordinária e a boa norma da Administração do Serviço Público.

Há bem poucos dias, recebi uma delegação de pessoas modestas, que tinham vindo em comissão ao Senado Federal. Eram representantes de outros colegas seus que, a duras penas, após ingentes esforços, se tinham submetido a concurso e logo após aprovação. Pessoas carentes de recursos, que trabalhavam em serviços particulares de dia e estudavam à noite, viajaram muitas vezes de uma região para outra a fim de se inscrever no concurso, pagaram a taxa de inscrição e até a presente data não foram aproveitadas, enquanto outras o foram em virtude de apadrinhamento político, de filiação político-partidária.

Há pouco tempo, as instituições de previdência social nomearam milhares e milhares de funcionários. O Sr. Ministro do Trabalho, Senador Amaury Silva, nosso colega da representação petebista, nesta Casa, baixou portaria determinando que, em trinta dias da data da expedição

da referida portaria, deveriam ser afastados esses elementos para serem aproveitados os concursados, ou então que os mesmos se submetessem a concurso. Diversos trinta dias já se passaram e até a presente data os Institutos não cumpriram a portaria.

Que autoridade tem pois S. Exa. o Sr. Ministro do Trabalho, de ditar normas para as instituições, de vez que ele é Ministro do Trabalho e da Previdência Social?

Fiz a esse propósito, também, Senhor Presidente requerimento de informações que não me foi respondido no prazo regimental. Renovei o pedido, perguntando se já foi cumprida essa portaria. Se não me foi respondido, no prazo que a lei assina em casos dessa natureza, serei forçado a responsabilizar a autoridade que não cumprir a lei mesmo porque parece estar sendo normal nos quadros governamentais não responder a requerimentos de informações.

Isso se justifica às vezes, pela mudança quase mensal dos Ministros. Mas reiteramos o pedido e queremos o pedido e queremos ver se alguma providência o Governo toma, se realmente atende aos reclamos desses concursados e os faz admitir no serviço público, uma vez que podem ser preteridos por outras pessoas que, inclusive se colocadas em certas funções sem o mínimo conhecimento, sem a mínima aptidão.

Essa era a reclamação que queria fazer, esperando que desta vez possamos ter uma resposta do Poder Executivo.

Quero, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, aproveitando o ensejo, apresentar as minhas congratulações ao Congresso Batista instalado ontem no Recife e que está reunido até o dia 29 fazendo votos pelo seu feliz êxito. *(Muito bem.)*

Comparecem mais os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
Jocé Guilomard  
Oscar Passos  
Arthur Virgílio  
Zacharias de Assumpção  
Cattete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Eugênio Barro  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
José Cândido  
Antônio Jic  
Wilson Gonçalves  
Dix-Huit Rosado  
Walfredo Gurgel  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
João Agripino  
Barros de Carvalho  
Pessoa de Queiroz  
Ermírio de Moraes  
Silvestre Péricles  
Arnon de Melo  
Júlio Leite  
Antônio Balbino  
Jefferson de Aguiar  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Miguel Couto  
Afonso Arinos  
Gilberto Marinho  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Padre Calazans  
Lino de Mattos  
Juscelino Kubitschek  
José Feliciano  
Lopes da Costa  
Silinto Müller  
Nelson Maculan  
Mello Braga  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Guilmo Mondin  
Daniel Krieger  
Mem de Sá (10).

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidos os seguintes:

#### Requerimento nº 1, de 1964

Requeremos sejam solicitados ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

1) Qual a situação financeira do Lode Brasileiro, nos últimos três anos, especificando-se o *superavit* ou *deficit* apurado, por exercício, a partir de 1961?

2) Quantas unidades tem a empresa em tráfego, e quantas paralisadas?

3) Houve inquéritos na empresa, nos últimos três anos? Quantos? Quais os motivos determinantes deles? Quais as conclusões firmadas e as providências adotadas em razão delas?

4) No orçamento da empresa na verba de publicidade? Qual a dotação respectiva, por exercício, nos últimos três anos, e quanto foi efetivamente gasto?

5) Mantém a empresa escritório ou representação no exterior?

Em que países e cidades, e quanto despendeu com tais serviços, por exercício, nos últimos três anos?

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1964. — *Josaphat Marinho.*

#### Requerimento nº 2, de 1964

Senhor Presidente:

Requeiro seja reiterado o pedido de informações constante do meu Requerimento nº 477, de 1963.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1964. — *Aarão Steinbruch.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos não dependem de apolamento nem de deliberação do plenário. De acordo com o art. 213, letra d, do Regimento Interno, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

Esgotada a hora do expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA

#### O SR. PRESIDENTE:

Presentes apenas 30 Senhores Senadores. A pauta constante da pauta está em regime de votação. Como não há *quorum* para deliberações, fica adiada para a sessão de amanhã.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. VASCONCELLOS TORRES:

*(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, recebi, para oferecer à Biblioteca do Senado, um exemplar da "Coletânea de Ementas", de 1950 a 1961, do Supremo Tribunal Federal, organizada pelos Oficiais Judiciários Jardim Noronha de Oliveira e Odaleia Martins. Será encaminhado ao Serviço de Informação Legislativa.

Sr. Presidente, poderia fazer este oferecimento sem solenidade, entregando o volume à seção competente para o registro e agradecimento a seus ofertantes. Mas, como se trata de trabalho de pesquisa, organizado por um digno confratâneo meu, Jardim Noronha de Oliveira, alto funcionário do Supremo e que teve seu mérito realçado pelo Sr. Ministro Victor Nunes Leal, entendi, com permissão de V. Exa. e dos Srs. Senadores, que esta dívida devia ser formalizada. É o que ora faço, eu que fui o intermediário desse oferecimento, ficando consignado, portanto, previamente, antes mesmo da entrega, o nosso agra-

decimento pela mínima gentileza dos autores deste notável trabalho, em edição muito reduzida, de inegável utilidade para a Biblioteca do Senado.

Quero que V. Exa. me permita, Sr. Presidente, enviar à Mesa a fim de que tenha o destino competente, o exemplar por meu intermédio. Quero, também, agradecer a V. Exa. por me ter permitido no dia de hoje ocupar novamente a Tribuna para registrar oferecimento de inegável importância para os estudiosos do Direito, nos seus diferentes ramos, que, nesta Casa, têm assento. *(Muito bem.)*

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscrito. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 23 de janeiro de 1964

*(Quinta-feira)*

#### VOTAÇÃO

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem), que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963 das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões", tendo Pareceres nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

#### DISCUSSÃO

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

*(Encerra-se a sessão às 16 horas)*

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 3 DE 21 DE JANEIRO DE 1964

O Diretor-Geral no uso de suas atribuições resolve designar Romeu Arruda, Auxiliar-Legislativo, PL-9, para substituir a Chefe de Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, durante o impedimento da respectiva titular.

Secretaria do Senado Federal, em 21 de janeiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.*

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).

Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).

Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — AL).

Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).

Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).

Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).

Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PD.

Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).

Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guilomar Acre (em exercício)
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Pará.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício e Suplente, Sr. Miguel Lima) — Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waidemã de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.
10. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.
11. Ruy Carneiro — Paraíba.
12. Leite Neto — Sergipe.
13. Antônio Baibino — Bahia.
14. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
15. Gilberto Marinho — Guanabara.
16. Moura Andrade — São Paulo.
17. Atilio Fontana — Santa Catarina.
18. Guido Mondin — R. G. Sul.
19. Benedito Valladares — Minas Gerais.
20. Filinto Müller.
21. José Feliciano — Goiás.
22. Juscelino Kubitschek — Goiás.
23. Pedro Ludovico — Goiás.

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

(PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.

## SENADO FEDERAL

12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara, rals.
17. Bezerra Neto.

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

## PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lauro de Matos — Sergipe.

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

(MTR)

1. Aarão Steinhilber — Rio de Janeiro.

## PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heriberto Vieira — Sergipe.

## RESUMO

- Partido Social Democrático (P. S. D.) .....  
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.) .....  
União Democrática Nacional (U. D. N.) .....

Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
<b>Total</b>	<b>64</b>
Sem legenda	2
<b>Total</b>	<b>66</b>

## BLOCOS PARTIDARIOS

1ª — Maioria (39) Membros):

PSD

PTB

2ª — Minoria (17) Membros):

UDN

PL

3ª — Pequenas Representações (9) Membros):

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

## LIDERANÇAS

### I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS MAIORIA

Lider:

Barros Carvalho — (PTB) — (PE)

Vice Líderes:

Victorino Freire — (PSD — MA)

Vasconcelos Torres — (PTB — RJ)

Jefferson de Aguiar — (PSD — ES)

Lobão da Silveira — (PSD — PA)

Artur Virgílio — (PTB — AM)

Bezerra Neto — (PTB — MT)

MINORIA

Lider:

João Agripino — (UDN — PB)

Vice-Líderes:

Daniel Krieger — (UDN — RS)

Mem de Sá — (PL — RS)

PEQUENA REPRESENTAÇÕES

Lider:

Lino de Matos — (PTN — SP)

Vice Líderes:

Aurélio Vianna — (PSB — GB)

II — DOS PARTIDOS

PSD

Benedito Valladares — (MG)

Vice Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Sigefredo Pacheco — (PI)

Walfredo Gurgel — (RG)

PTB

Lider:

Artur Virgílio — (AM)

Vice-Líderes:

Amaury Silva (licenciado) — (PR)

Vivaldo Lima — (AM)

Bezerra Neto — (MI)

UDN

Lider:

Daniel Krieger — (RS)

Vice-Líderes:

Eurico Rezende — (ES)

Padre Calazans — (SP)

Adolfo Franco — (PR)

PL

Lider:

Mem de Sá — (RS)

Vice Líderes:

Aloysio de Carvalho — (BA)

PTN

Lider:

Lino de Matos — (SP)

Vice Líderes:

Cattete Pinheiro — (PA)

PSP

Lider:

Miguel Couto — (RJ)

Vice-Líder:

Raul Giuberti — (ES)

## COMISSÕES PERMANENTES

### Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

Adalberto Sena (PTB)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Joaquim Parente (UDN)

Cattete Pinheiro (PTN)

Guido Mondin (PSD)

Vasconcelos Torres (PTB).

Reunões Quartas-feiras, às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana.

Diretor-Geral.

### Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Vago.

Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

### COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Eugênio Barros.

José Feliciano.

SUPLENTE

1. Atilio Fontana.

2. Pedro Ludovico.

P. T. B.

TITULARES

Raul Giuberti.

Dix-Huit Rosado.

Nelson Maculan (Licenciado).

## SUPLENTE

1. Eduardi Catalão (\*).
2. Aarão Steinbruch
3. Vago.

U. D. N.

## TITULARES

Lopes da Costa,  
Antônio Carlos

## SUPLENTE

1. Daniel Krieger
2. João Agripino.

## SUBSTITUTO

## Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Auxiliar Legislativo PL-9.

Comissão  
de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN)  
Vice-Presidente — Wilson  
Gonçalves (PSD)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Jefferson de Aguiar,  
Rui Carneiro,  
Lobão da Silva,  
Wilson Gonçalves  
Josaphat Marinho

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel (licenciado).
2. Leite Neto.
3. Benedito Valladares
4. Aarão Steinbruch.

P. T. B.

## TITULARES

Amaury Silva (licenciado),  
Bezerra Neto.  
Edmundo Levi.

## SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (\*\*).
2. Silvestre Péricles.
3. Melo Braga.

U. D. N.

## TITULARES

Aloysio de Jarva  
Milton Campos.

1. Afonso Arinos.
2. Daniel Krieger.
3. João Agripino.

## Reuniões

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias  
Auxiliar Legislativo PL-8.

(\*) Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

(\*\*) Em substituição ao Senhor Amaury Silva, como titular.

Comissão  
do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos,  
Vice-Presidente — Pedro Ludovico

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Menezes Pimentel,  
Pedro Ludovico,  
Lino de Matos.

## SUPLENTE

1. Filinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. T. B.

## TITULARES

Oscar Passos,  
Dix-Huit Rosado.

## SUPLENTE

1. Aarão Steinbruch.
2. Antônio Jucá.

U. D. N.

## TITULARES

Dinarte Mariz,  
Eurico Rezende.

## SUPLENTE

1. Lopes da Costa.
  1. Zacharias de Assunção
- Reuniões  
Quintas-feiras às 10 horas.  
Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo PL-8.

## Comissão de Economia

(9 MEMBROS)

Presidente — Filinto Müller (PSD).  
Vice-Presidente — José Ermírio — (PTB).

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Filinto Müller,  
Eugênio Barros,  
Atilio Fontana,  
José Guimard (licenciado).

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar (\*)
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho
1. José Kairala

P. T. B.

## SUBSTITUTO

## TITULARES

José Ermírio  
Nelson Maculan (licenciado)  
Júlio Leite

## SUPLENTE

1. Oscar Passos (\*\*)
2. Bezerra Neto

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guimard como titular.

(\*\*) — Em substituição ao Senhor Nelson Maculan, como titular.

## SUBSTITUTO

2. ... A Índice
  1. Melo Braga
- U. D. N.

## TITULARES

Adolfo Franco  
Lopes da Costa

## SUPLENTE

1. José Cândido.
  2. Zacarias de Assunção
- Reuniões terça-feira — 16,00 horas  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão  
de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel  
(PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

## SUPLENTE

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

## SUBSTITUTO

1. Leite Neto

P. T. B.

## TITULARES

Pessoa de Queiroz  
Amaury Silva (licenciado).

## SUPLENTE

1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.

## TITULARES

Antonio Carlos  
Padre Calazans  
Mem de Sá

## SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnob de Melo

Reuniões: 4<sup>as</sup>-feiras — 16,00 horas.

Secretário: Vera de Alvaranga Maira, Oficial Legislativo PL-7

## Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figueiredo — (PTB).

Vice-Presidente — Daniel Krieger — (UDN).

P. S. P.

## COMPOSIÇÃO

## TITULARES

Victorino Freire,  
Lobão da Silva,  
Sigefredo Pacheco,  
Wilson Gonçalves  
Leite Neto.

## SUPLENTE

1. José Guimard (licenciado).
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

## SUBSTITUTO

1. José Kairala.

P. T. B.

## TITULARES

Argemiro de Figueiredo,  
Bezerra Neto,  
Dix-Huit Rosado,  
Pessoa de Queiroz,  
José Ermírio.

## SUPLENTE

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lino de Matos.
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Jucá.

## SUBSTITUTO

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

U. D. N.

## TITULARES

Daniel Krieger.  
Dinarte Mariz.  
Irineu Bornhausen.  
Lopes da Costa.

## SUPLENTE

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

PTB

## TITULARES

Mem de Sá.

## SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho.
- Reuniões: 4<sup>as</sup> feiras — 16,00 horas.  
Secretário: Cid Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-10

Comissão  
de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.  
Vice-Presidente: — y Carneiro — (PSD).

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Ruy Carneiro.  
Walfredo Gurgel.  
José Guimard (licenciado).  
Raul Glubert.

## SUPLENTE

1. Leite Neto
2. Lobão da Silva.
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

## SUBSTITUTO

1. Atilio Fontana
2. José Kairala.

P. T. B.

## TITULARES

Amaury Silva (licenciado)  
Heribaldo Vieira  
Vivaldo Lima

## SUPLENTE

1. Aurélio Vianna (\*\*).
2. Pessoa de Queiroz
3. Antônio Jucá

(\*) — Em substituição ao Senhor José Guimard como titular.

(\*\*) — Em substituição ao Senhor Amaury Silva como titular.

## SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.

## TITULARES

Eurico Rezende

Titular

2. Lopes da Costa

Zacharias de Assunção

Reuniões: 3. feira. às 10 horas.

## SUPLENTE

Secretário: Vera de Alvaranga Mar-  
fra, Oficial Legislativo, PL-6.Comissão  
do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente — Aurélio Vianna

(PTB)

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

## SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco

2. Leite Neto

## T. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado

Aurélio Vianna

## SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo

2. Aron de Melo

3. Julio Leite

## U. D. N.

## TITULARES

Dinarte Mariz

José Cândido

## SUPLENTE

1. João Agripino

2. Lopes da Costa

Reuniões: 5.ª feira — 16 horas

Secretário: Ney Passos Dantas

Auxiliar Legislativo PL-9.

## Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado

(PTB)

Vice-Presidente — Padre Calazans

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Walfredo Gurgel

Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira.

2. José Feliciano.

## SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado.

## SUPLENTE

Heribaldo Vieira.

## U. D. N.

## TITULARES

Padre Calazans.

Julio Leite.

## SUPLENTE

1. João Agripino.

2. Josephat Marinho.

Reuniões: 4.ª feira às 16 horas

Secretário: Sarah Abramo, Oficial  
Legislativo, PL-8.Comissão  
de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar

(PSD)

Vice-Presidente — Passos de Quei-  
roz (PTB).

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Benedito Valladares.

Filinto Müller.

Jefferson de Aguiar.

Aarão Steinbruch.

## SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.

2. Ruy Carneiro.

3. José Guimard (licenciado).

4. Victorino Freire.

## SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. I. B.

## TITULARES

Pessoa de Queiroz.

Vivaldo Lima.

Eduardo Catalão.

## SUPLENTE

1. Oscar Passos.

2. Argemiro de Figueiredo.

3. Antônio Jucá.

## U. D. N.

## TITULARES

Antonio Carlos.

José Cândido.

Padre Calazans.

Arnon de Melo.

## SUPLENTE

1. Daniel Krieger.

2. Eurico Rezende.

3. João Agripino.

4. Mem de Sá.

Reuniões: 3.ª feira — 15,00 ho-  
ras.Secretário: Oreste J. B. Branco,  
Oficial Legislativo, PL-8.

## Comissão de Saúde

(16 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa —

UDN.

Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado

(PTB).

## COMPOSIÇÃO

P. S. D.

## TITULARES

Pedro Ludovico

Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

1. Eugenio Bastos

2. Walfredo Gurgel

P. I. B.

## TITULARES

Dix-Huit Rosado

## SUPLENTE

Antônio Jucá

## U. D. N.

## SUPLENTE

1. Lopes da Costa

## SUPLENTE

Padre Calazans.

## SUPLENTE

Raul Gilberti

Reuniões: Quintas-feiras — 16 ho-  
ras).

Secretário: Eduardo Rui Barbosa

Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão  
de Segurança Nacional

(7 MEMBROS)

Presidente — Zacharias de Assunção

(UDN).

Vice-Presidente — Silvestre Péri-  
cles (PTB).

## COMPOSIÇÃO

PSD

## TITULARES

José Guimard (licenciado)

Victorino Freire

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro

1. Atilio Fontana (\*)

## SUBSTITUTO

2. José Kairala

P. I. B.

## TITULARES

Silvestre Péricles

Oscar Passos

## SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado

2. Vago.

U. D. N.

## TITULARES

Irineu Bornhausen

Zacharias de Assunção

## SUPLENTE

1. Adolfo Franco.

2. Eurico Resende

P. S. P.

## TITULAR

Raul Gilberti

## SUPLENTE

1. Miguel Couto

Reuniões: Quintas-feiras — (16 ho-  
ras).Secretário: Alexandre Pfaender, Ofi-  
cial Legislativo PL-8.(\*) — Em substituição ao Sr. José  
Guimard, como titular.Comissão  
de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles

(PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

## COMPOSIÇÃO

PSD

## TITULARES

Leite Neto.

Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

1. Victorino Freire

2. Benedito Valladares

PTB

## TITULARES

Silvestre Péricles

Nelson Maculan (licenciado)

## SUPLENTE

1. Edmundo Levi

2. Vago

UDN

## TITULARES

Antonio Carlos

## Prorrogações:

Antonio Carlos

Padre Calazans

## SUPLENTE

1. Dinarte Mariz

Lopes da Costa

PL

## TITULAR

Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Mem de Sá

Reuniões: Terças-feiras — 16,00 ho-  
ras.Secretário: J. Ney Passos Dantas,  
Auxiliar Legislativo, PL-9.Comissão de Transportes, Co-  
municações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente — Irineu Bornhaus-  
en (UDN).

PSD

## TITULARES

José Feliciano

Sebastião Archer

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar

2. Filinto Müller

PTB

## TITULARES

Bezerra Neto

Lino de Matos

## SUPLENTE

1. Silvestre Péricles

UDN

## TITULAR

Irineu Bornhausen

## SUPLENTE

Zacharias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras — 16,00  
horas.Secretário: Alexandre Pfaender,  
Oficial Legislativo, PL-8.Comissão Especial do Projeto  
de Emenda à Constituição  
nº 2, de 1961.Dispõe sobre: Altera os arti-  
gos 28, 56, 58, 60, 110 e o pa-  
rágrafo único do art. 112 da Cons-  
tituição Federal.— organização administrativa  
do Distrito Federal;— vencimentos dos desembar-  
gadores do Tribunal de Justiça  
do Distrito Federal;— regime de rendas do Distri-  
to Federal;— composição da Câmara dos  
Deputados e do Senado Federal  
e do Tribunal Superior Eleitoral;— processo de escolha do Pre-  
sidente e do Vice-Presidente do  
Tribunal Regional Eleitoral do  
Distrito Federal;— aplicação da cota do imposto  
de renda — inada aos Municí-  
pios;Eleita em 15-8-1961, com exceção  
dos Srs Senadores:Barros Carvalho — designado em  
30-2-1962.Nelson Maculan — designado em  
15-5-1963.Lobão da Silveira — designado em  
23-4-1963.Lopes da Costa — designado em  
29-10-1962.



## SUPLENTE

Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;  
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Nelson Maculan — PTB.
- 7 Silvestre Pericles — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961.

Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira  
Wilson Gonçalves e  
Amaury Silva, designado em 22 de abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.

Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — Relator — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — Relator — PTB.
- 7 Amaury Silva — PTB.
- 8 D. C. N. 24-8-63 (S.T.) pag. 2.132
- 9 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Ruy Palmeira — UDN.
- 14 Heribaldo Vieira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Da nova redação ao item II do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleito em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;  
Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;  
Bezerra Neto, designado em 22 de abril de 1963.

## Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;  
Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-62.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Lobão da Silveira — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Benedito Valladares — PSD.
- 5 Wilson Gonçalves — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Nogueira da Gama — PTB.
- 9 Barros Carvalho — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Lopes da Costa — UDN.
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Mem de Sá — PL.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros)

Eleito em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 26 de abril de 1963;

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 777-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Pinto Ferreira — PTB.
- 10 Eurico Rezende — UDN.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleito em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD
- 2 Ruy Carneiro — PSD
- 3 Lobão da Silveira — PSD
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Pinto Ferreira — PSD.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Vivaldo Lima — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 5º do artigo 19 substitui o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleito em 20 de novembro de 1961 salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

## Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Menezes Pimentel — PSD
- 3 Flinto Müller — PSD
- 4 Guido Mondin — PSD
- 5 Ruy Carneiro — PSD
- 6 Amaury Silva — PTB
- 7 Barros Carvalho — PL
- 8 Argemiro Figueiredo — PTB
- 9 Bezerra Neto — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Ruy Palmeira — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Lino de Matos — PTN.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleito em 28.2.1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963.

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles — designado em 20.4.1963;

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

## Senadores — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Ruy Carneiro — PSD.
- 4 Lobão da Silveira — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Pericles — PTB.
- 7 Nogueira da Gama — PTB.
- 8 Barros Carvalho — PTB.
- 9 Vago — PTB.
- 10 Milton Campos — UDN
- 11 Heribaldo Vieira — UDN
- 12 Lopes da Costa — UDN
- 13 João Agripino — UDN.
- 14 Eurico Rezende — UDN
- 15 Assaíat Martinho — S. Legenda.
- 16 Lino de Matos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criar novos Municípios).

Eleito em 28.3.1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 25.10.1962.

Wilson Gonçalves — designado em 3.4.1963.

Eurico Rezende — designado em 3.4.1963.

João Agripino — designado em 13.4.1963.

Catete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

## Prorrogação:

Até 15-12-1963 — requerimento nº 84-62 aprovado em 12-12-62

## Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silveira — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Pericles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Eurico Rezende — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Lopes da Costa — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Miguel Couto — PSP
- 16 Catete Pinheiro — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 1, de 1962.

Altera a redação do art. 186 da Constituição referente à atribuição de concurso para a investidura em cargo inicial na carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas.

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. **Leite Neto**.

**Menezes Pimentel** — designado em 15-5-1962.

**Wilson Gonçalves** — designado em 23-4-1963.

**Leite Neto** — designado em ..... 2-4-1963.

**Eurico Rezende** — designado em 23-4-1963.

**João Agripino** — designado em 23-4-1963.

**Aurélio Vianna** — designado em 23-4-1963.

#### Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12-12-1963.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. João Agripino — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Aurélio Vianna — PSD.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

**Wilson Gonçalves** — designado em 23-4-1963;

**Leite Neto** — designado em ..... 23-4-1963;

**Josaphat Marinho** — designado em 23-4-1963;

**Eurico Rezende** — designado em .. 23-4-1963;

#### Prorrogação:

Até 15.12.1962 — Requerimento nº 786-62, aprovado em 12.12.1962.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD

5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Lino de Mattos — PTN

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

#### Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD;  
Ruy Carneiro — PSD;  
Wilson Gonçalves — PSD;  
José Feliciano — PSD;  
Lobão da Silveira — PSD;  
Bezerra Neto — PTB;  
Edmundo Levi — PTB;  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Meio Braga — PTB;  
Milton Campos, Presidente — UDN;  
Aloysio de Carvalho — UDN;  
Afonso Arinos — UDN;  
Eurico Rezende — UDN;  
Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;  
Aurélio Vianna — Pequenas Representações;  
Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.

(7 MEMBROS)

Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 531-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63.

Designação em 28-8-1963

#### Membros — Partido

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;  
Wilson Gonçalves — PSD  
Arthur Virgílio — PTB  
Edmundo Levy — PTB  
Adolpho Franco — UDN  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN  
Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20-8-1963).

(5 MEMBROS)

#### Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
Siegfredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD  
José Ermirio (Presidente) — PTB  
Lopes da Costa — UDN  
Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves  
Leite Neto  
João Agripino  
Eurico Rezende e  
Josaphat Marinho (designado em 23-4-1963).

#### Prorrogação:

Até 15.12.1963 — requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Péricles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores.

Wilson Gonçalves  
Leite Neto

Josaphat Marinho

Eurico Resende

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

#### Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSD

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho  
Wilson Gonçalves  
Eurico Resende  
Júlio Leite (designados em 23 de abril de 1963).

#### Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12.12.1962.

#### Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Resende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Júlio Leite — PR

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 8.12.1962, salvo os Srs Senadores

Wilson Gonçalves

Eurico Rezende

Amaury Silva e

Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedicto Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pérciles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pérciles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S. legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Catalão — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTB
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidades aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB

### Bezerra Neto — PTB

- Pinto Ferreira — PTB  
Silvestre Pérciles — PTB  
Adalberto Sena — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
João Agripino — UDN  
Aloysio de Carvalho — PL  
Josaphat Marinho — S.legenda

### Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II e ao § 4.º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD  
Atilio Fontana — PSD  
Eugênio Barros — PSD  
José Ermírio (Relator) — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Melo Braga — PTB  
Lopes da Costa — UDN  
Milton Campos — Presidente — UDN  
Júlio Leite, Vice-Presidente — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Senador Gouveia Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD  
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD  
José Ermírio (Relator) — PTB

### Adolpho Franco — UDN

Aurélio Viana — Pequenas Representações.

### Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63).

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD  
Leite Neto (Presidente) — PSD  
Nelson Maculan — PTB  
João Agripino (Relator) — UDN  
Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atilio Fontana (Presidente) — PSD.  
José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD.

José Ermírio (Relator) — PTB.

Adolpho Franco — UDN.

Aurélio Viana — Pequenas Representações.

### Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD.  
Atilio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
José Ermírio (Relator) — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Melo Braga — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos — Presidente — UDN.  
Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.**

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Leite Neto (Presidente) — PSD  
Milton Campos (Vice-Presidente) — PTB  
João Azevedo (Relator) — UDN  
João Azevedo Marinho — PTB  
Representações.

**Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 de corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.**

(Criada em virtude da aprovação em 7-11-1963, sessão extraordinária, da resolução nº 32 de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).  
(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD  
Vice-Presidente: Leite Neto — PSD  
Relator: Eurico Rezende — UDN  
Jefferson de Aguiar — PSD  
Atilio Fontana — PSD  
Artur Virgílio — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Aurélio Vianna — PTB  
Júlio Leite — PTB

Melo Braga — PTB  
João Azevedo — UDN  
Daniel Krieger — UDN

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.**

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades).  
Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pericles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Guberti — Pequenas Representações  
Júlio Leite — Pequenas Representações.

**Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.**

Da nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transfere para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
José Feliciano — PSD  
Walfredo Gurgel — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Silvestre Pericles — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Afonso Arinos — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Guberti — Pequenas Representações  
Júlio Leite — Pequenas Representações.